

## OBSERVATÓRIO CONTRA A FRAUDE

### O político impoluto

Como afirma o nosso Primeiro-Ministro em relação aos apoios da União Europeia à actual “crise”, “não se pode perder tempo, porque a crise exige uma resposta urgente para todos”.



**Carlos Pimenta**

Quando se pensa na escrita de uma crónica somos sempre postos perante um momento de reflexão sobre o assunto a abordar. Infelizmente, não porque escasseiem fraudes ou possibilidades delas, mas porque o universo a tratar é imenso. Depois, articulando os nossos conhecimentos e as informações disponíveis com o mundo da (des)informação e os interesses dos possíveis leitores estamos perante a escolha do tema. Dada a ausência de posterior comunicação com estes futuros leitores fica-nos sempre a incerteza sobre o grau de correcção da opção feita.

A total liberdade de cada um de nós, elementos do Observatório de Economia e Gestão de Fraude (OBEGEF), pela justa ausência de uma posição institucional que ultrapasse a firme vontade de promovermos, individual e colectivamente, uma política anti-fraude — forma de garantir uma sociedade mais ética, socialmente mais justa, e, objectivo supremo, de evitar o controlo da nossa sociedade pela criminalidade organizada — transfere para nós a responsabilidade política e social da escolha, moldada

pela nossa especialização, capacidade (inter)disciplinar e sensibilidade.

É neste dilema que nos encontramos, neste momento, face à grande diversidade de fraudes, eventualmente ajudada pelas preocupações sanitárias e as dificuldades económicas que as mesmas acarretam.

- Como ignorar o «escândalo Isabel dos Santos» envolvendo propriedades, empresas e personalidades no nosso país, utilizando-os com outros, como ponto de partida para múltiplos tipos de fraude e branqueamento de capitais, envolvendo centenas de milhões de dólares que tão importantes seriam em Angola para impedir que pessoas morram de fome, para diversificar a produção e criar adequados serviços públicos?
- Como não falar da Alemanha como espaço sociopolítico de fraudes em que após o lixo tóxico no *Deutsche Bank*, nove dias bastaram para que a *Wirecard* — uma empresa de pagamentos digitais — “passasse de orgulho na Alemanha a uma das maiores vergonhas financeiras desde o pós-guerra”, na sequência de uma actuação de auditoria digna de tal (o que não acontece sempre)?
- Como não referir o grande empolamento de fraudes, nos mais diversos sectores, aproveitando os

impactos sociais do coronavírus, que vão desde a montagem de falsos laboratórios para receber o pagamento das análises nunca feitas, às falsas vendas pela internet. Aproveitando a grande dependência da generalidade dos cidadãos das redes informáticas aumentou nos últimos meses quase todos os tipos de ciberfraudes, sacando a cada lesado ora um euro ora milhões?

**Preocupados especialmente com a realidade portuguesa**, indissociável do mundo e, especialmente, da UE, não poderia deixar de tecer algumas considerações sobre a possível ida de Mário Centeno para a chefia do Banco de Portugal, banco este que desde a adoção do Euro deixou de ser responsável pela criação de moeda utilizada pelos portugueses, então existente sem a «ida aos mercados» controlados pelos outros, fanáticos das políticas restritivas incidindo sobre os que já têm restrições a uma vida digna. O Banco de Portugal que continua a ser uma instituição relevante na regulação do sistema bancário, embora por vezes alegórica.

É com estupefacção que temos assistido a tão grande proliferação de debates sobre o assunto. Não será que vários factos demonstram a sua «capacidade» para tal? Vejamos:

- Como afirma o nosso Primeiro-Ministro em relação aos apoios da União Europeia à actual «crise» “não se pode perder tempo, porque a crise exige uma resposta urgente para todos”. Mas não foi durante as funções aí exercidas por Centeno que se começou a perder tempo? Recorde-se a este propósito a existência no partido no poder de posições diferentes como as que se manifestaram nas intervenções do Presidente da Assembleia da República, da líder da bancada parlamentar e do Primeiro-Ministro, nas comemorações do 25 de Abril.
- Não se revelou um hábil «encenador» ao teatralizar possíveis demissões do governo se fossem aprovadas certas posições na Assembleia da República com base, não declarada, na necessidade de um superavit orçamental conseguido à custa, entre outros aspectos, de desinvestimento em serviços públicos fundamentais e cativações várias, esquecendo, além do mais, algumas recomendações vitais da Comissão Parlamentar de Inquérito à Gestão do BES e do GES?
- Não é um amante apaixonado da «transparência» ao apoiar um acordo secreto com o comprador do Novo Banco (que assim compra um banco e muito provavelmente o venderá oportunamente com vantagens que lhe foram garantidas); ao recusar, a bem da nação, prestar informações estatísticas solicitadas por um jornal sobre a Zona Franca da Madeira e ao não dar informações sobre os resultados da investigação da União Europeia sobre a mesma?
- Não revela no exercício desse cargo uma «ausência de conflitos de interesse» com as suas decisões enquanto Ministro das Finanças (no apoio ao BANIF, CGD, NB), como elemento responsável na

União Europeia, com amigos e inimigos nos Partidos políticos, nas instituições financeiras e seus administradores, com frequentadores das «portas giratórias», entre a política e os altos cargos das administrações empresariais, quiçá com as suas ambições profissionais?